



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

GERALDA CRISTINA MARTINS XAVIER

**A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR PARA O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS
COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

GERALDA CRISTINA MARTINS XAVIER

**A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR PARA O ATENDIMENTO DE
CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFU – Universidade Federal de Uberlândia – Curso de Pedagogia EAD para obtenção do título de Graduada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Doutora Iara Vieira Guimarães

FOLHA DE APROVAÇÃO

GERALDA CRISTINA MARTINS XAVIER

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR PARA O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS COM
NECESSIDADES ESPECIAIS

Monografia foi avaliada e apresentada à UFU –
Universidade Federal de Uberlândia – Curso de
Pedagogia EAD para obtenção do título de Graduada e
aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela
Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dr. (Nome do professor), UFU

Prof. Dr. (Nome do professor), UFU

Prof. Dr. (Nome do professor), UFU

Uberlândia-MG, ____ de _____ de 2021

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque se não fosse por Ele, eu não conseguiria ter escrito nem uma só linha dessa monografia.

Ao meu esposo Alessandro; meus filhos: João Pedro, Isaac e Daniel; a minha nora Victória e minha netinha Júlia, que sempre me deram força nos momentos de insegurança.

A toda a minha família e à família do meu esposo (que também é minha).

Aos professores da UFU, principalmente a minha orientadora Iara, e aos companheiros do curso de Pedagogia.

Aos meus irmãos de igreja e amigos sinceros.

RESUMO

O tema proposto e escolhido para desenvolvimento do trabalho foi “Organização do espaço escolar”, onde será abordada a questão da acessibilidade, tendo como título: A organização do espaço escolar para o atendimento de crianças com necessidades especiais. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações (BRASIL, 2008, p.12). Neste sentido, realizar-se-á uma reflexão teórica a respeito da acessibilidade e inclusão educacional, sob o olhar da organização do espaço escolar para a educação especial, partindo do entendimento sobre a relevância de problematizar e compreender como diferentes ações e saberes vêm sendo organizadas para os alunos com características singulares, no intuito de contemplar a constituição da sua inclusão e acessibilidade educacional.

Palavras-chaves: Inclusão. Instalações. Mobiliários. Equipamentos.

ABSTRACT

The theme proposed and chosen for the development of the work was “Organization of the school space”, which will address the issue of accessibility, with the title: The organization of the school space for the care of children with special needs. Accessibility must be ensured through the elimination of architectural, urban, building barriers – including facilities, equipment and furniture – and in school transport, as well as barriers in communication and information (BRASIL, 2008, p.12). In this sense, there will be a theoretical reflection on educational accessibility and inclusion, from the perspective of the organization of the school space for special education, starting from the understanding of the relevance of problematizing and understanding how different actions and knowledge have been organized for students with unique characteristics, in order to contemplate the constitution of their inclusion and educational accessibility.

Keywords: Inclusion. Installations. Furniture. Equipment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOS

Foto 1 – Deficiência Física Múltipla	15
Foto 2 – Deficiência Física Amputação	15
Foto 3 – Síndrome de Down	16
Foto 4 – Autismo	16
Foto 5 – Deficiência Mental	16
Foto 6 – Deficiência Visual	17
Foto 7 – Deficiência Auditiva	17

FIGURAS

Figura 1 – Rampa e escada	20
Figura 2 – Piso tátil	20
Figura 3 – Terminal de consulta	21
Figura 4 – Biblioteca	21
Figura 5 – Mesas	21
Figura 6 – Sanitários	21
Figura 7 – Balcões	22

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	09
2. DESENVOLVIMENTO	10
2.1 MEMORIAL DESCRITIVO	10
2.2 ASPECTOS LEGAIS SOBRE ACESSIBILIDADE	12
2.3 TIPOS DE DEFICIÊNCIA	14
2.4 NORMAS TÉCNICAS	
2.4.1 Corrimãos de escadas fixas, rampas e sinalização tátil	19
2.4.2 Acessibilidade aos cadeirantes	20
2.4.3 Inclusão e realidade	22
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
4. REFERÊNCIAS	25

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma abordagem sobre a Educação Especial e o espaço escolar programado e organizado, por meio da visualização e entendimento das práticas pelos profissionais da educação e instituições educacionais, que valorizam a individualidade dos alunos para que estes, melhor participem no coletivo e para que todos os alunos também compartilhem deste benefício.

O tema proposto para desenvolvimento do trabalho foi “Organização do espaço escolar”, no qual será abordada a questão da acessibilidade, tendo como título: “A organização do espaço escolar para o atendimento de crianças com necessidades especiais”. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações (BRASIL, 2008, p.12).

Neste sentido, realizar-se-á uma reflexão teórica a respeito da acessibilidade e inclusão educacional, com foco na organização do espaço escolar para a educação especial, partindo do entendimento sobre a relevância de problematizar e compreender como diferentes ações e saberes vêm sendo organizadas para os alunos com características singulares, no intuito de contemplar a constituição da sua inclusão e acessibilidade educacional.

1.1 Problema de pesquisa

A questão que mobiliza a investigação é: Como a escola deve organizar o espaço escolar para o atendimento aos alunos com necessidades especiais?

Objetiva-se compreender como diferentes ações e saberes vêm sendo organizados sobre os alunos com características singulares, no intuito de contemplar a constituição da sua inclusão e acessibilidade educacional. Sabemos que já existe uma discussão sobre o espaço escolar e os entrelaçamentos da inclusão e acessibilidade educacionais. Há estudos que auxiliem a compreender os sentidos desta relação para a constituição de uma educação de qualidade, que visa à significação e efetividade da participação e aprendizagem dos alunos de maneira inclusiva.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Memorial Descritivo

Minha história de vida começou em Lagoa Formosa-MG onde nasci a 04 de julho de 1974. Com cinco anos de idade meus pais mudaram para Uberlândia-MG e viemos morar no Bairro Marta Helena. Tenho 47 anos, sou casada, mãe de 03 filhos, João Pedro 22 anos, Isaac 17 anos e Daniel 16 anos e minha nora está grávida esperando minha netinha Júlia; somos uma família linda e feliz, temos nossos contratempos, mas o diálogo é tudo e no final se ajeita, com a graça de Deus.

Tive uma infância boa, havia liberdade de brincar na rua com os amigos, brincávamos de carimbada, pegar bandeirinha, cair no poço, cobra cega, pique pega, e muitas outras. Meu pai tinha um armazém que vendia cereais, eu e meus irmãos, ajudávamos meu pai e com isso aprendemos a desenvolver o raciocínio lógico nas vendas. Meus pais sempre contavam histórias sobre suas vidas quando trabalhavam na roça, as dificuldades que passaram, muitas vezes não tinham o que comer, mas tinham uma vida feliz, e eles se esforçaram ao máximo para nos dar uma vida mais confortável. Não tive acompanhamento de meus pais para ensinar-me nas tarefas de casa, pois os mesmos não dispunham de tempo e nem paciência.

Meus primeiros contatos com a leitura foram com minha avó, pois ela era a contadora de histórias da família. Ela não sabia ler, mas pegava um livro e fazia como se estivesse lendo e contando a história. Ela fazia encenações, mudava a voz, gritava, e eu assistia aquilo com uma admiração muito grande e pensava comigo “um dia quero ser igual a ela”, minha querida avozinha foi minha inspiração.

Ingressei em uma escola particular com 05 anos ficando até completar 07 anos e depois fui para a escola pública. Fiz o ensino fundamental na Escola Estadual Hortêncio Diniz que é perto de minha casa, tínhamos que formar filas, cantar o hino nacional, a professora trabalhava leitura, ditados, e quem acertava tudo ganhava uma “estrelinha” como incentivo, decorávamos a tabuada, o mapa mundi, não havia computadores e usávamos muito a biblioteca para realizar as pesquisas. Eu gostava dos professores que passavam trabalhos que precisavam construir maquetes e depois apresentar para a turma.

O ensino médio realizei-o na Escola Estadual Professor José Inácio de Souza, e tive muitas dificuldades em física, química e matemática. Havia um professor de matemática por nome Maurício, ele me desafiou muito, por conta de minha dificuldade na matéria, ele me fez enxergar que eu era capaz e que se me esforçasse conseguiria meus objetivos e foi com ele que aprendi a gostar da matéria.

Sempre achei o ofício de professor algo maravilhoso, adorava assistir os professores transmitindo o conhecimento, a empolgação deles para tirar dúvidas de um aluno e a alegria de encerrar o ano letivo e ver os alunos seguirem adiante. E eu sentia uma grande alegria por eles. Quando surgiu a oportunidade de realizar o processo seletivo para conseguir uma vaga no curso de Pedagogia, senti aquele friozinho na barriga só de pensar que eu cursaria uma faculdade, porém, quase não consegui, porque perdi o prazo para a matrícula e protocolei um requerimento solicitando a efetivação de minha matrícula, foi feita uma análise pela Universidade, e graças a Deus, hoje estou aqui podendo escrever sobre minha história. Sempre quis ser professora, principalmente dos anos iniciais. Gosto muito de crianças, na igreja trabalho com o ministério das crianças e jovens, e foi isso que mais me motivou a escolha do curso.

Tenho me dedicado muito para realizar o Curso, são horas tendo que me dividir entre as tarefas cotidianas e as atividades curriculares, as dificuldades com a informática, os trabalhos de campo, ter que cuidar de quatro homens dentro de casa, eles me ajudam muito. Mas homem é homem, e o meu mais novo não é chegado aos estudos, as notas dele não são boas, e todo final de ano é aquela luta para finalizar as matérias, mas apesar de tudo isso estou me sentindo realizada em poder estar vencendo essa batalha.

Às vezes fico me imaginando dentro de uma sala, coordenando os trabalhos, vendo o olhar e o sorriso de cada criança, o desenvolvimento de cada aluno, sendo um educador, capaz de transmitir conhecimentos e formar cidadãos responsáveis por suas atitudes e atos. Penso que a sala de aula não deve estar restrita somente às quatro paredes, mas precisa se estender às demais dependências da escola. Nós, futuros educadores, precisamos estar atentos a essa realidade, preparar nossos alunos com conhecimentos e habilidades preparando-os nos incertos e cambiantes dias do amanhã. Ser professor não é aquele que simplesmente termina a apostila no final do ano. É aquele que faz com que todos os seus alunos aprendam a matéria do ano e desenvolvam toda a sua capacidade. Em um país onde os professores são desrespeitados constantemente em sala de aula, ainda assim é uma profissão amada por aqueles que a ela dedicam suas vidas. Quero que os alunos tenham prazer quando estiverem dentro de sala e que exista respeito mútuo.

Quando penso no futuro das escolas públicas fico muito preocupada, porque existe uma onda crescente de violência dentro das salas de aula, alunos desinteressados, pais omissos, que compreendem que a escola é que deve educar seu filho, falta de verbas, muitos

prédios em péssimas condições de uso e, apesar de todas essas condições, ainda ser professor será um grande desafio e uma alegria que quero conquistar.

Em linhas gerais, escrever esse memorial descritivo foi trazer para o presente, momentos jamais esquecidos e vivenciados em diferentes situações e nas diversas etapas da vida. Dizer que foi fácil estaria mentindo, portanto, resulta de uma análise de minha trajetória educativa e de uma revisão das disciplinas estudadas até o momento.

“Contar é muito dificultoso, não pelos anos que já passaram, mais pela astúcia que têm certas coisas passadas de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. A lembrança de vida da gente se guarda em trechos diversos; uns com os outros acho, que nem se misturam (...) têm horas antigas que ficaram muito perto da gente do que outras de recentes datas”. (Guimarães Rosa)

2.2 Aspectos legais sobre acessibilidade

A história da educação brasileira mostra-nos que a educação foi centro de atenção e preocupação apenas nos momentos e na medida exata em que dele sentiram necessidade os segmentos dominantes da sociedade. Enquanto era possível e conveniente, os deficientes eram segregados da sociedade, ao passo que, mais tarde, a defesa da educação dos anormais foi feita em função da economia dos cofres públicos e dos bolsos dos particulares, pois assim se evitariam manicômios, asilos e penitenciárias, tendo em vista que essas pessoas seriam incorporadas ao trabalho.

Até 1969, nossa legislação continha apenas referências esparsas sobre as pessoas com deficiência. Somente a partir de reflexões sobre o princípio da igualdade poderiam ser estabelecidos patamares mínimos de proteção a esse grupo. Não havia regras constitucionais específicas e, menos ainda, debates sobre inclusão social.

A Constituição Federal de 1988 avançou significativamente no tratamento do assunto. Além de preconizar a erradicação da pobreza e da marginalização como objetivos fundamentais da República (art. 3º, inciso III), bem como de reafirmar o princípio da igualdade (art. 5º), o novo texto trouxe normas que conferem visibilidade e contornos mais nítidos ao tema. Inaugurou-se, pois, um modelo de inclusão de pessoas com deficiência no convívio familiar e social pelo exercício da cidadania, pelo acesso à educação e pela garantia de sua inserção no mercado de trabalho.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no âmbito da educação para todos, em seu art. 208, inciso III, estabelece "o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida preferencialmente, na rede regular de ensino".

O Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989 em seu art. 4 estabelece “cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico”.

O Decreto 6.949 de 25 de agosto de 2009 que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, estabelece no art. 1º “O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”.

A Lei 13.146 de 06 de julho de 2015 estabelece em seu art. 1º “fica instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”; em seu art. 2º estabelece “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” e em seu art. 27 “a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem” e no Parágrafo único “é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”.

A Declaração de Salamanca ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a

escola, seja por que motivo for. Assim, a ideia de “necessidades educacionais especiais” passou a incluir, além das crianças portadoras de deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que moram distantes de quaisquer escolas, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vítimas de guerra ou conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou as que simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo que seja.

Percebe-se assim, que conhecer cada vez mais os espaços escolares e promover a acessibilidade nesses ambientes é de extrema importância para que a pessoa com deficiência física ou que tenha sua mobilidade reduzida seja um agente transformador de sua própria história e no pleno exercício de sua cidadania, com direitos de igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrendo nenhuma espécie de discriminação.

2.3 Tipos de deficiência

Conforme art. 4º do decreto 3.298 de 1999 considera-se pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

- Deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
- Deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;
- Deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual

em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

- Deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:
 - a) comunicação;
 - b) cuidado pessoal;
 - c) habilidades sociais;
 - d) utilização dos recursos da comunidade;
 - e) saúde e segurança;
 - f) habilidades acadêmicas;
 - g) lazer;
 - h) trabalho;
- Deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.



Foto 1

Deficiência física múltipla: é a ocorrência de duas ou mais deficiências simultaneamente - sejam deficiências intelectuais, físicas ou ambas combinadas.

Fonte: <https://sites.google.com/site/educacaoespecialinclusiva/deficiencia-fisica>



Foto 2

Deficiência física amputação:
perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro.

Fonte: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fcoexistir.com.br%2Finclusao-de-pessoas-deficientes-no-esporte%2F&psig=AOvVawIoxGjhGwaVgaunuF6J9nMI&ust=1634431155433000&source=images&cd=vfe&ved=0CAoQjhxqFwoTCPCxsN3YzfMCFQAAAAAdAAAAABAW>



Foto 3

Síndrome de Down: é causada pela presença de três cromossomos 21 em todas ou na maior parte das células de um indivíduo. Isso ocorre na hora da concepção de uma criança. As pessoas com síndrome de Down, ou trissomia do cromossomo 21, têm 47 cromossomos em suas células em vez de 46, como a maior parte da população.

Fonte: https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fm.biologianet.com%2Fdoencas%2Fsindrome-de-down.htm&psig=AOvVawLuiopqeyVG7XjyShC7X9Ww&ust=1634431436327000&source=images&cd=vfe&ved=0CAoQjhxqFwoTCNivzt_ZzfMCFQAAAAAdAAAAABAD



Foto 4

Autismo: é um nome simplificado para se referir ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) – uma condição que modifica como a pessoa lida e se comunica com o mundo ao redor. É um tema amplo, por isso fala-se em “espectro”: são várias nuances como se fosse um arco-íris.

Fonte: https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fblog.partmedsaude.com.br%2Fconheca-6-sintomas-do-autismo%2F&psig=AOvVaw3shQiV8_g6u9IQZ0vfpkRV&ust=1634431567029000&source=images&cd=vfe&ved=0CAoQjhxqFwoTCNCR-aPazfMCFQAAAAAdAAAAABAJ



Foto 5

Deficiência mental: estado de redução notável do funcionamento intelectual inferior à média, associado a limitações pelo menos em dois aspectos do funcionamento adaptativo: comunicação, cuidados pessoais, competência domésticas, habilidades sociais, utilização dos recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança, aptidões

Fonte: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.deficienteciente.com.br>



Foto 6

Deficiência visual: É o comprometimento parcial (de 40 a 60%) ou total da visão. Não são deficientes visuais pessoas com doenças como miopia, astigmatismo ou hipermetropia, que podem ser corrigidas com o

Fonte: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.ambientelegal.com.br%2Finclusao-de-portadores-de-deficiencia-visual-e-sustentabilidade%2F&psig=AOvVaw1wIs3ixYjZY9P4NCcjh-ZT&ust=1634433084082000&source=images&cd=vfe&ved=0CAoQjhxqFwoTCliqvu3fzfmCFQAAAAAdAAAAABAD>



Foto 07

Deficiência auditiva: consiste na perda parcial ou total da capacidade de detectar sons, causada por má-formação (causa genética), lesão na orelha ou na

Fonte: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Finstitutoitard.com.br%2Fo-que-e-deficiencia-auditiva-e-surdez%2F&psig=AOvVaw0PeAdj4QLRY21pOHObBYh&ust=1634433242328000&source=images&cd=vfe&ved=0CAoQjhxqFwoTCMChbngzfMCFQAAAAAdAAAAABAD>

2.4 Normas técnicas – acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos – ABNT NBR 9050 (2015 atualizada 2020)

A ABNT NBR 9050 foi elaborada no Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-040), pela Comissão de Estudo de Acessibilidade em Edificações (CE-

040:000.001). O Projeto circulou em Consulta Nacional conforme Edital nº 08, de 20.08.2012 a 18.10.2012. O Projeto de Emenda 1 circulou em Consulta Nacional conforme Edital nº 11, de 21.11.2017 a 21.01.2018. A ABNT NBR 9050:2020 equivale ao conjunto ABNT NBR 9050:2015 e Emenda 1, de 03.08.2020, que cancela e substitui a ABNT NBR 9050:2015.

Esta Norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.

No estabelecimento desses critérios e parâmetros técnicos foram consideradas diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente, com ou sem a ajuda de aparelhos específicos, como próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, bengalas de rastreamento, sistemas assistivos de audição ou qualquer outro que venha a complementar as necessidades individuais.

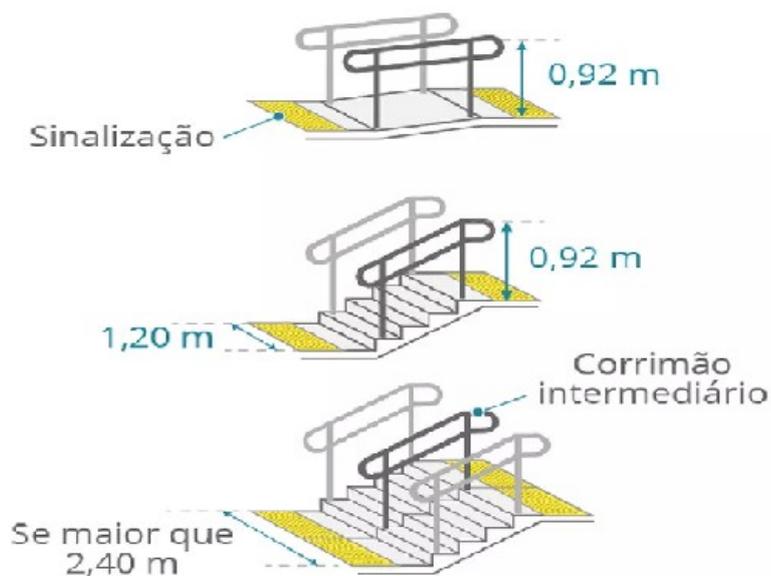
Esta Norma visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção.

Conforme a ABNT NBR 9050 (2015 atualizada 2020), será a seguir discorrido sobre as medidas corretas no espaço escolar para que a acessibilidade esteja disponível a todos os alunos, de maneira que se tenha o direito de igualdade entre todos.

2.4.1 Corrimãos de escadas fixas, rampas e sinalização tátil

Devem ter sinalização tátil (caracteres em relevo e em Braille), identificando o pavimento. Essa sinalização deve ser instalada na geratriz superior do prolongamento horizontal do corrimão. Na parede a sinalização deve ser visual e, opcionalmente, tátil. Alternativamente, estas sinalizações podem ser instaladas nas paredes laterais. Conforme figuras “a e b”.

A sinalização tátil e visual direcional no piso deve ser instalada no sentido do deslocamento das pessoas, quando da ausência ou descontinuidade de linha-guia identificável, em ambientes internos ou externos, para indicar caminhos preferenciais de circulação. Conforme figura “c”.



Figuras a e b.

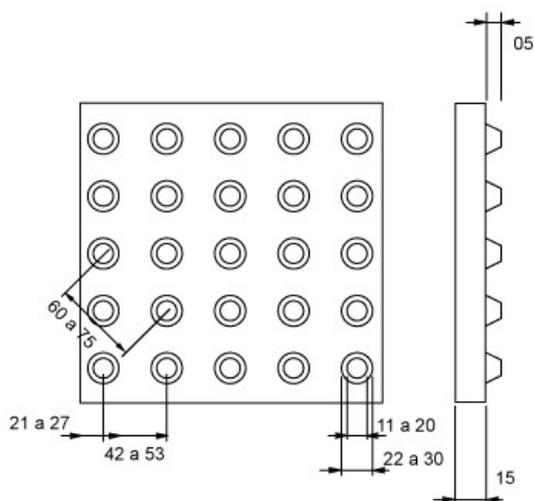


Figura c.

2.4.2 Acessibilidade aos cadeirantes

A entrada de alunos deve estar preferencialmente, localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos. Deve existir pelo menos uma rota acessível interligando o acesso de alunos às áreas administrativas, de prática esportiva, de recreação, de alimentação, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, centros de leitura e demais ambientes pedagógicos. Todos estes ambientes devem ser acessíveis. Os mobiliários internos devem ser acessíveis, garantindo-se as áreas de aproximação e manobra e as faixas de alcance manual, visual e auditivo. Inclusive

nas bibliotecas e centros de leitura, bem como bebedouros, guichês, balcões de atendimento, bancos de alvenaria e sanitários.

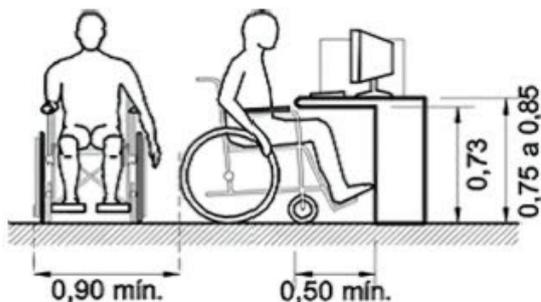


Figura 1 - Terminal de consulta.

Descrição da Figura 1: desenho de pessoa em cadeira de rodas em duas posições: à esquerda, de frente; e à direita, de perfil, à mesa consultando computador. Há indicações das medidas indicadas pela norma.

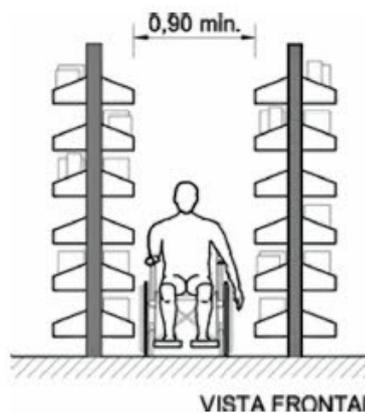


Figura 2 - Distância entre as estantes.

Descrição da Figura 2: Vista frontal de pessoa em cadeira de rodas entre duas estantes de livros, com indicação de espaço de 0,90cm entre elas.

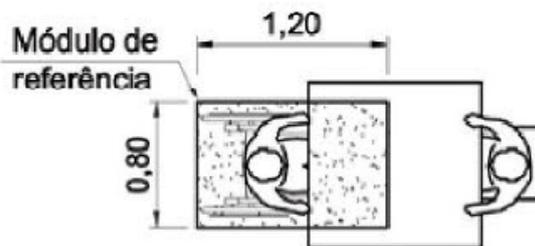
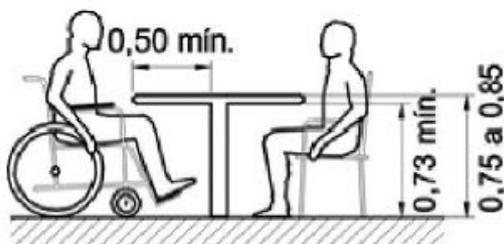


Figura 3 - Mesas. À esquerda, vista lateral de duas pessoas à mesa, uma defronte à outra, respeitando as medidas indicadas. À direita, vista superior de duas pessoas à mesa, uma defronte à outra, respeitando as medidas indicadas pela norma.

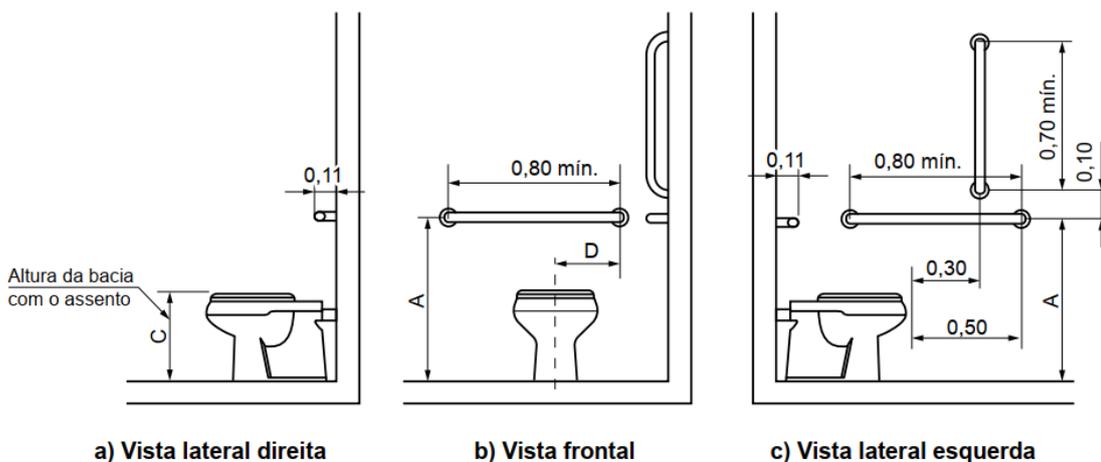


Figura 4 - Sanitários

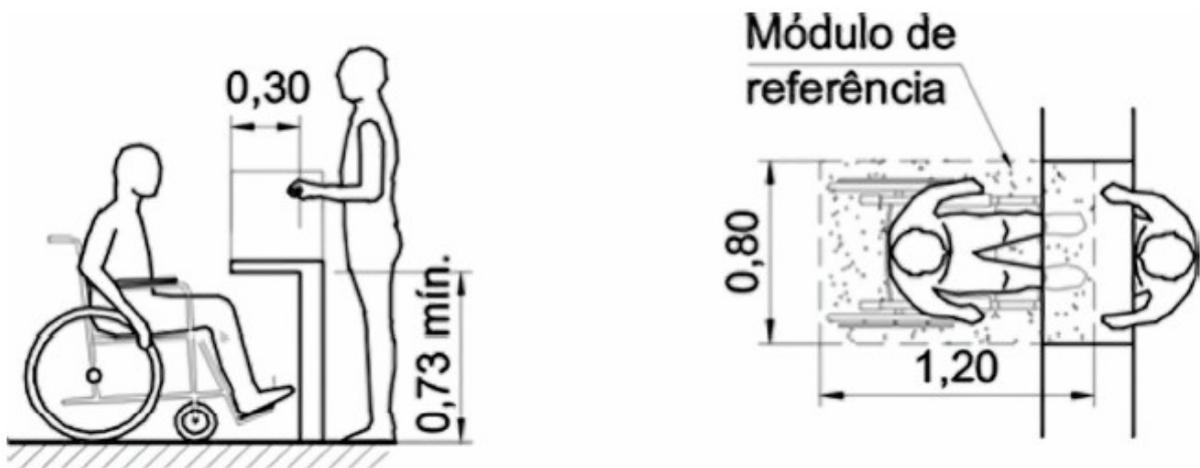


Figura 5 – Balcões. Os balcões de serviços devem ser acessíveis a pessoas com deficiência, localizados em rotas acessíveis. Uma parte da superfície do balcão, com extensão de no mínimo 0,90 m, deve ter altura de no máximo 0,90 m do piso. Quando for prevista a aproximação frontal, o balcão deve possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30 m.

2.4.3 Inclusão e a realidade escolar

A Declaração de Salamanca (Espanha, 7 a 10 de junho 1994) apela à comunidade internacional para endossar a abordagem de escolas inclusivas, implementando mudanças práticas e estratégicas. O Marco de Ação, cujo princípio orientador é que as escolas regulares devem acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Todas as políticas educacionais devem estipular que as crianças com deficiência frequentem a escola do bairro 'que seria frequentada se a criança não tivesse deficiência'. Escolas regulares com esta orientação inclusiva são o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, fornecem uma educação eficaz para a maioria das crianças e melhoram a eficiência e, em última análise, a relação custo-eficácia de todo o sistema educacional.

A inclusão e a participação são essenciais para a dignidade humana e para o gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, isso se reflete em uma 'igualdade genuína de oportunidades'. A educação para necessidades especiais incorpora métodos comprovados de ensino, dos quais todas as crianças podem se beneficiar; assume que as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades da criança, ao invés da criança ajustada ao processo. O princípio fundamental da escola

inclusiva, é que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, e que as escolas normais devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, ao mesmo tempo em que têm um contínuo apoio de serviços para corresponder a suas necessidades. Escolas inclusivas são as 'mais eficazes' na construção da solidariedade entre crianças com necessidades especiais e seus pares.

As pessoas costumam ter opiniões sobre inclusão, mas pouco tempo, energia ou inclinação para aprofundar nesse tema tão relevante socialmente. As questões não são simples e as respostas estão longe de ser diretas.

Segundo Mantoan (2003, p. 97):

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e com um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular.

Além de ser um direito, a Educação inclusiva é uma resposta inteligente às demandas do mundo contemporâneo. Incentiva uma pedagogia não homogeneizadora e desenvolve competências interpessoais. A sala de aula deveria espelhar a diversidade humana, não a esconder. Claro que isso gera novas tensões e conflitos, mas também estimula as habilidades morais para a convivência democrática. O resultado final, desfocado pela miopia de alguns, é uma Educação melhor para todos. (MENDES, 2012).

Atualmente, um dos maiores desafios para o fortalecimento da escola inclusiva é a formação dos professores. A perspectiva do professor sobre sua importância como parte integrante do processo educativo torna-se um dos meios para redimensionar o seu trabalho dentro da escola resgatando e dando novos significados a sua prática pedagógica.

Segundo Mantoan (2003), os professores estão habituados a desenvolver sempre o mesmo trabalho e quando são submetidos a inovações educacionais como a inclusão de deficientes, tendem a rejeitar, pois o novo rompe com o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas aulas. Justificam-se argumentando que não foram preparados para trabalhar com esse tipo de alunos.

Embora a escola precise ser repensada, para atender a cada necessidade, é necessária uma reflexão, a começar pelo profissional, que não esteja ali para desenvolver um trabalho diferenciado, atendendo cada um dentro da sua necessidade e que esse profissional possa desenvolver seu trabalho com êxito, embora ele seja preparado para trabalhar com a

diversidade, acaba tendo que adaptar-se ao meio, sem qualquer valorização ou capacitação específica. O professor deverá promover um ensino igualitário e sem desigualdade, já que quando se fala em inclusão não se fala somente dos deficientes e sim da escola também, onde a diversidade se destaca por sua singularidade, formando cidadãos para a sociedade.

É importante pensar no professor como profissional que trabalha com o conhecimento e que respeita as diferenças. Sabemos, que cada aluno reage de acordo com a sua personalidade, seu estilo de aprendizagem, sua experiência pessoal, entre outros fatores. Sendo assim, cabe aos professores procurar novas posturas e habilidades que permitam problematizar, compreender e intervir nas diferentes situações que se deparam, além de auxiliarem na construção de uma proposta inclusiva, fazendo com que haja mudanças significativas pautadas nas possibilidades e com uma visão positiva das pessoas com necessidades especiais.

Os professores não alteram e não devem alterar suas práticas apenas porque uma diretriz lhes é apresentada, e eles se sentem forçados a cumpri-las. Eles não podem evocar novas práticas a partir de nada ou transpô-las de imediato do livro didático para a sala de aula. Os profissionais necessitam de chances para experimentar a observação, a modelagem, o treinamento, a instrução individual, a prática e o feedback, a fim de que tenham a possibilidade de desenvolver novas habilidades e de torná-las uma parte integrante de suas rotinas de sala de aula. (HARGREAVES, 2002, p.114).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos compreender como diferentes ações e saberes vêm sendo organizados para os alunos com características singulares, no intuito de contemplar a constituição da inclusão e acessibilidade educacional no espaço escolar. Para isso construímos uma discussão teórica sobre os entrelaçamentos da inclusão e acessibilidade educacionais e a organização do espaço escolar. Apresentamos também, estudos que auxiliaram a compreender os sentidos desta relação para a constituição de uma educação de qualidade, que visa à significação e efetividade da participação e aprendizagem dos alunos. Além disso, demos destaque para as normas técnicas que hoje regem a adaptação dos espaços escolares para o atendimento de pessoas com necessidades singulares.

Defendemos no percurso do trabalho que a escola não deve ser vista como o local para incluir e sim o lugar que irá apoiar essas pessoas com deficiência, ajudando a desenvolver cada uma dentro do limite de cada deficiência.

Concluimos este trabalho ratificando que pensar nas pessoas com necessidades especiais são seres humanos que enfrentam grandes desafios diariamente.

Assim, precisam ser sujeitos de direitos e viver em uma sociedade inteiramente envolvida e interessada no processo de inclusão. A escola tem, nesse contexto, papel fundamental, afinal a educação é um ato que nos torna agente das possíveis mudanças, tornando-nos seres com consciência do valor das relações sociais para a construção de um futuro mais justo, respeitoso e sustentável para a humanidade.

4. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Alberto David. A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência: algumas dificuldades para efetivação dos direitos. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; e PIOVESAN, Flávia. (coord.), **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>, acesso em 11/10/2021.

_____. Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 11/10/2021.

_____. Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 11/10/2021.

_____. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 11/10/2021.

_____. Associação Brasileira de Normas Técnicas do. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. SBN 978-85-07-05706-2. ABNT NBR 9050.3 ed. 2015.

HARGREAVES, A. **Aprendendo a mudar: O ensino para além dos conteúdos e da padronização**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

JANUZZI, Gilberta S. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI** – 2. ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2006. – (Coleção educação contemporânea).

MANTOAN, Maria Tereza Egler. (Org.). **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memnon. SENAC, 2013.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v11133.pdf - Acesso em: 23/10/2021

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 14/10/2021.

SILVA, Ana Paula Mesquita. ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. **Revista Eletrônica Saberes da Educação** – Volume 5 – nº 1 – 2014. Disponível em: https://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf. Acesso em: 24/10/2021

FERNANDES, Elen Ferreira. SILVA, Hilda Perolina Alves. AMORIM, Marluce. **O papel do professor na Educação Inclusiva**. 2009. Disponível em: <http://idaam.siteworks.com.br/jspui/bitstream/prefix/1158/1/O%20PAPEL%20DO%20PROFESSOR%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA.pdf>. Acesso em 24/10/2021.